



Prefeitura Municipal de São João do Polêsine
Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

**Plano de Contingência e Ação do Município de São João do Polêsine para
Infecção Humana COVID-19**

São João do Polêsine

Março 2020

SUMÁRIO

1. Introdução.....	
2. Objetivos.....	
3. Definição de casos conforme plano estadual de contingência com orientações para a comunidade	
4. Atendimento na Atenção Básica	
5. Fluxograma de acolhimento aos pacientes via telefone.....	
6. Estrutura de comando ao coronavírus (covid-19).....	
7. Atendimento dos casos suspeitos de Covid-19.....	
8. Autoridades Sanitárias para notificação.....	
9. Orientações gerais conforme plano de Contingência Estadual.....	
10. DECRETO MUNICIPAL N.º 2.251 DE 23 DE MARÇO DE 2020	

1. INTRODUÇÃO

Diante da Emergência em Saúde Pública declarada pela Organização Mundial da Saúde na data de 30 de janeiro do ano corrente, por doença respiratória causada pelo agente novo coronavírus (COVID-19), conforme casos detectados na China e considerando-se as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), a Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social de São João do Polêsine elaborou o presente Plano

Este documento apresenta o Plano de Contingência Estadual, o qual está em consonância com o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em caso de surto define o nível de resposta e a estrutura de comando correspondente a ser configurada, em cada esfera e nível de complexidade.

2. OBJETIVOS

- 2.1- Elaborar um fluxograma a ser executado diante da detecção de um caso suspeito de Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);
- 2.2- Adotar todas as medidas necessárias (como o isolamento domiciliar do caso suspeito e seus contatos) para evitar a transmissão do vírus por caso suspeito de COVID-19;
- 2.3- Manter a população informada sobre as medidas de prevenção de infecção pelo COVID-19;

3. DEFINIÇÕES DE CASOS OPERACIONAIS

Conforme o cenário atual, em que o nível de resposta frente a Pandemia pelo Coronavírus (COVID - 19) passou a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), considerando a declaração do Ministro de Estado da Saúde, MS, Nº 356 de 11 de março de 2020, informa que a situação em que há confirmação de transmissão comunitária de COVID-19 em território nacional, segue definições de casos suspeitos:

3.1. CASO SUSPEITO DE DOENÇA PELO NOVO CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19):

Situação 1 - VIAJANTE: pessoa que, nos últimos 14 dias, retornou de viagem internacional de qualquer país E apresenta:

- Febre e
- pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispnéia) **OU**

Situação 2 – CONTATO PRÓXIMO : pessoa que, nos últimos 14 dias, teve contato próximo com caso suspeito ou confirmado para COVID-19 E

- presente: Febre OU
- pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia).

a) **-FEBRE** $\geq 37,8^{\circ}\text{C}$. Pode não estar presente em alguns casos como: pacientes jovens, idosos, imunossuprimidos ou que em algumas situações possam ter utilizado medicamento antitérmico. Nestas situações, a avaliação clínica deve ser levada em consideração e a decisão deve ser registrada na ficha de notificação. Considerar a febre relatada pelo paciente, mesmo não mensurada.

b) **CONTATO PRÓXIMO** Uma pessoa que teve contato físico direto (exemplo: aperto de mãos); Uma pessoa que tenha contato direto desprotegido com secreções infecciosas (exemplo: gotículas de tosse, contato sem proteção com tecidos ou lenços de papel usados e que contenham secreções); Uma pessoa que teve contato frente a frente por 15 minutos ou mais a uma distância inferior a 2 metros; Um profissional de saúde ou outra pessoa que cuide diretamente de um caso de COVID-19 ou trabalhadores de laboratório que manipulam amostras de um caso de COVID-19 sem Equipamento de proteção Individual (EPI) recomendado, ou com uma possível violação do EPI...

3.2. CASO PROVÁVEL DE DOENÇA PELO CORONAVÍRUS - (COVID-19):

c) **situação 3 - CONTATO DOMICILIAR:** pessoa que, **nos últimos 14 dias**, resida ou trabalhe no domicílio de caso suspeito ou confirmado para COVID-19 E presentes: Febre OU

- pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispnéia) OU
- outros sinais e sintomas inespecíficos como: fadiga, mialgia/artralgia, dor de cabeça, calafrios, gânglios linfáticos aumentados, diarreia, náusea, vômito, desidratação e inapetência.

3.3. CASO CONFIRMADO DE DOENÇA PELO CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19)

- **Laboratorial:** Caso suspeito ou provável com resultado positivo

- **Clínico-epidemiológico:** Caso suspeito ou provável com histórico de contato próximo ou domiciliar com caso confirmado laboratorialmente para COVID-19, que apresentar febre

OU pelo menos um os sinais e sintomas respiratórios, nos últimos 14 dias após o contato, e para o qual não foi possível a investigação laboratorial específica.

3.4. CASO DESCARTADO DE DOENÇA PELO CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19)

Caso que se enquadre na definição de suspeito e apresente confirmação laboratorial para outro agente etiológico OU resultado negativo para SARS-CoV-2.

4. ATENDIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA

Em virtude da pandemia pelo novo coronavírus COVID-19, foram realizadas as alterações necessárias na atenção básica a fim de evitar a transmissão do vírus.

A população em geral foi orientada a permanecer em suas residências e que somente saiam de casa para as necessidades básicas (como para a compra de alimentos, medicamentos e outros). Encontra-se disponível o serviço de acolhimento por profissional da saúde do município via telefone a fim de esclarecer dúvidas e de evitar a vinda de pacientes até a Unidade Básica de Saúde (UBS) sem necessidade.

O processo de trabalho dos profissionais da UBS foi reorganizado. No lado de fora da unidade ficam três profissionais da saúde disponibilizando álcool gel 70% para desinfecção de mãos de todos que entram na UBS e máscara cirúrgica (em caso de paciente sintomático respiratório – tosse, espirro). Os pacientes são orientados a manter distância entre seus pares de no mínimo 2 metros e são direcionados para o setor de acordo com a necessidade.

Pacientes sintomáticos respiratórios são atendidos imediatamente em uma sala de isolamento. De acordo com a estratificação de risco são encaminhados para o Centro Municipal de Saúde Dr. Roberto Binatto ou orientados a permanecer em isolamento domiciliar por 14 dias. As demais pessoas que residem ou trabalham no domicílio também devem permanecer em isolamento por mesmo período. O paciente orientado a ficar em isolamento domiciliar deverá assinar termo de declaração quanto as orientações recebidas.

Vacinas de rotina não estão sendo administradas até o dia 15 de abril desse ano, conforme orientação do Ministério da Saúde.

Estão sendo realizadas as coletas de material biológico para exames laboratoriais apenas em caso de urgência e em gestantes.

As consultas de pré-natal permanecem sendo realizadas respeitando a frequência das mesmas de acordo com a idade gestacional conforme preconizado pelo Ministério da Saúde. Dessa forma pretende-se evitar vindas desnecessárias da gestante à UBS.

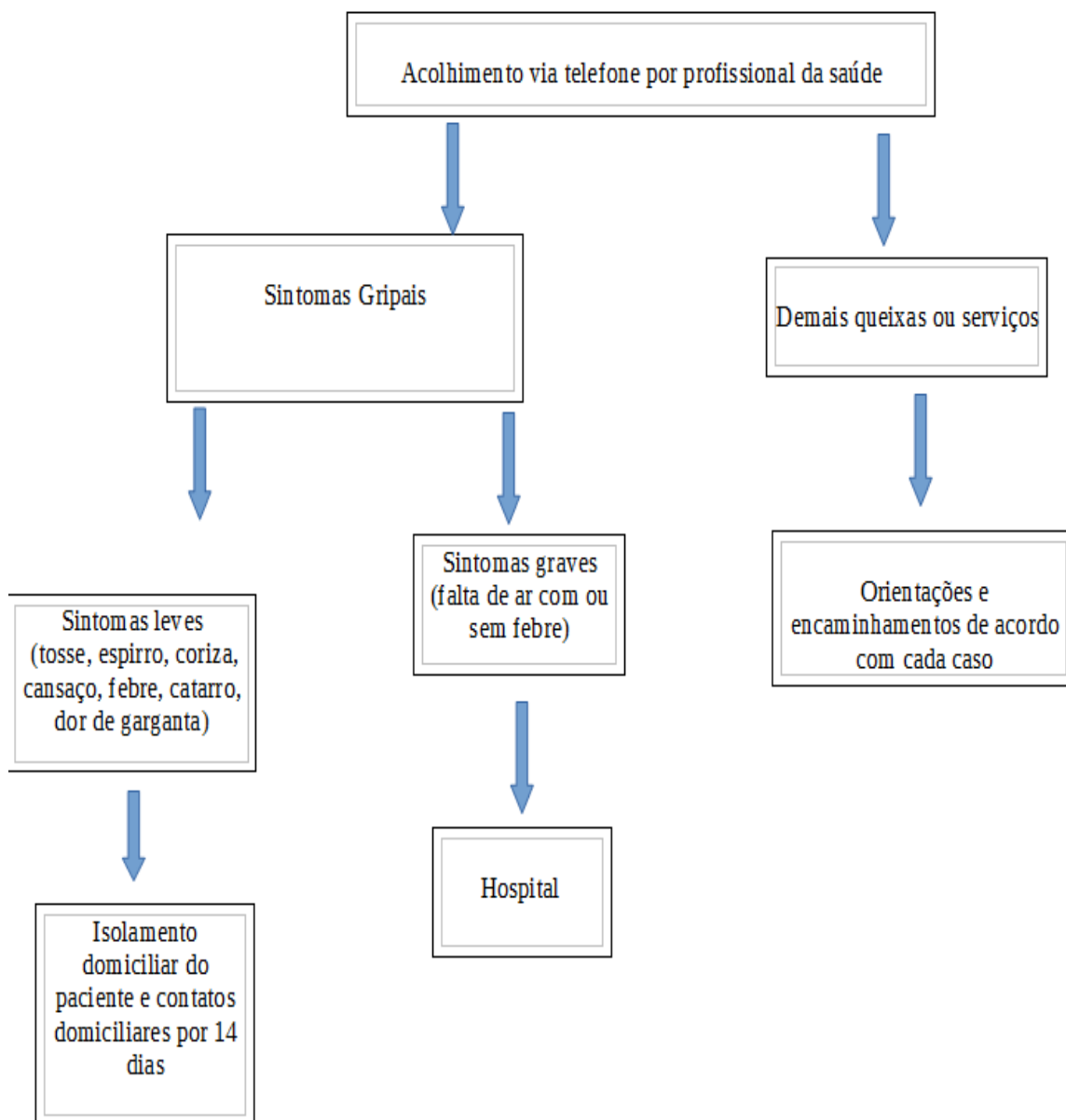
Os atendimentos de fisioterapia estão disponíveis apenas para casos de urgência ou que necessitem acompanhamento contínuo. Os mesmos estão sendo realizados pelos profissionais conveniados do consórcio intermunicipal de saúde, devido afastamento da profissional rede básica de saúde.

Os casos que precisam de atendimento psicológico estão sendo encaminhados para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, devido afastamento da profissional da atenção básica.

Os atendimentos odontológicos estão suspensos em virtude do afastamento dos servidores.

Os afastamentos citados anteriormente referem-se aos servidores que pertencem ao grupo de risco ao COVID-19, conforme decreto municipal.

5. FLUXOGRAMA DE ACOLHIMENTO AOS PACIENTES VIA TELEFONE



6. ESTRUTURA DE COMANDO AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID19)

O município criou uma comissão que objetiva promover a resposta coordenada por meio da discussão de casos e de alternativas entre os envolvidos. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. A comissão é constituída por profissionais das áreas da saúde e assistência social.

- Nível de resposta: Alerta

Neste nível de resposta, a vigilância epidemiológica do município é responsável por detectar, investigar, manejar e notificar casos potencialmente suspeitos da infecção humana por COVID-19.

- Nível de resposta: Perigo Iminente

Neste nível de resposta, a comissão será acionada para a tomada de decisão conjunta.

7. ATENDIMENTO DOS CASOS SUSPEITOS DE CORONAVÍRUS (COVID-19)

Diante da situação de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19) e da mudança da fase de contenção para a fase de mitigação, conforme a Nota Informativa COE-RS/SES-RS, as estratégias de vigilância e controle da pandemia são alteradas para vigilância de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e para vigilância de casos de Síndrome Gripal (SG) nas Unidades Sentinelas conforme rotina estabelecida.

Neste momento, será realizada a vigilância de **profissionais de saúde** que atendam a definição de suspeita conforme item 1.2. O COE esclarece que, a partir da disponibilidade de **TESTES RÁPIDOS** anunciados pelo Ministério da Saúde e da aquisição de quantitativo extra pelo Estado, esta e outras estratégias de testagem (inclusive para segurança pública) serão reformuladas e orientadas em novo documento oficial.

Para a vigilância do COVID-19, seguem as definições e orientações abaixo:

1. SÍNDROME GRIPAL (SG)

DEFINIÇÃO: Paciente com febre de início súbito ($\geq 37,8^{\circ}\text{C}$) mesmo que referida, acompanhada de tosse OU dor de garganta E pelo menos um dos sintomas: mialgia, cefaleia ou artralgia, na ausência de outro diagnóstico específico. Crianças < 2 anos: febre de início súbito e sintomas respiratórios: tosse, coriza e obstrução nasal, na ausência de outro diagnóstico específico.

7.1 POPULAÇÃO EM GERAL

A Portaria Nº 454/2020 do MS adotou, como medida não farmacológica, o isolamento domiciliar, por 14 dias, para pessoas com sintomas respiratórios, independentemente de confirmação laboratorial, bem como das pessoas que residem no mesmo endereço. Diante da piora do quadro e agravamento dos sintomas, é recomendada a procura de atendimento em uma Unidade de Saúde para avaliação clínica. 1.1.2. Atendimento na Atenção Primária e Unidades de Pronto Atendimento Pessoas com quadro de Síndrome Gripal (SG) atendidas nas Unidades Básicas e Pronto Atendimentos não devem ser notificadas para vigilância estadual nem ter amostras

coletadas para diagnóstico laboratorial. Pacientes com este quadro clínico deverão ser encaminhados para isolamento em casa por 14 dias, bem como todos os seus contatos domiciliares. Devem receber recomendações de precaução e isolamento conforme documentos orientativos.

7.2 PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Com objetivo de reduzir a transmissão de SARS-CoV2 neste grupo com elevado grau de exposição e que prestam assistência direta ao usuário nos três níveis de atenção – primário, secundário e terciário, determina-se:

- Todos os casos de profissionais de saúde que preencham a definição de Síndrome Gripal descrita acima devem ser notificados no Redcap (preenchimento obrigatório do campo ocupação);
- Proceder a coleta de amostras para diagnóstico laboratorial, registrar no GAL (especificar que se trata de profissional da saúde no campo “Observações”) e encaminhar ao LACEN-RS.

7.3 SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE (SRAG) HOSPITALIZADOS DEFINIÇÃO DE SRAG:

Indivíduo de qualquer idade, com síndrome gripal (conforme definição anterior) e que apresente dispneia ou os seguintes sinais de gravidade: • Saturação de SpO2 <95% em ar ambiente; • Sinais de desconforto respiratório ou aumento da frequência respiratória avaliada de acordo com a idade; • Piora nas condições clínicas de doença de base; • Hipotensão em relação à pressão arterial habitual do paciente; Em crianças: além dos itens anteriores, observar batimentos de asa de nariz, cianose, tiragem intercostal, desidratação e inapetência

A SRAG e os óbitos por SRAG são de notificação compulsória e devem atender os seguintes itens:

- Notificação à Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) ou Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar, que por sua vez deverão notificar a Vigilância Epidemiológica municipal;
- Preencher a ficha de SRAG no SIVEP-Gripe;
- Coletar amostra clínica, cadastrar no GAL para COVID-19 e encaminhar ao LACENRS;
- No caso de óbito por SRAG, deve-se notificar imediatamente, por telefone, a Vigilância Epidemiológica municipal que notificará a vigilância estadual.

7.4 . AÇÕES ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E COMBATE AO (COVID-19)

Definição de Hospital Referência para atendimento COVID-19: Centro Municipal de Saúde Dr. Roberto Binatto, Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) e Hospital Regional de Santa Maria-RS.

Provimentos e recursos necessários e disponibilizados:

- Transporte aos pacientes que necessitarem deslocamento aos Centros de Referência em Saúde;
- Materiais básicos de desinfecção dos ambientes de grande circulação nas UBS;
- Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os profissionais;
- Tratamento médico e farmacêutico nas UBS;
- Profissionais médicos, corpo de enfermagem e demais profissionais de Saúde;

➤ **Laboratórios Municipais de coleta:** Não dispomos.

➤ **Vigilância local:**

- Seguir as orientações do PLANO FEDERAL E ESTADUAL DE COMBATE AO COVID-19 na confecção de material informativo;
- Disponibilizar os Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde para divulgar os materiais de apoio, prevenção e combate da propagação do Covid-19;
- Orientar a comunidade em geral quanto aos perigos de contágio e formas de se proteger;
- Desinfecção dos ambientes com álcool e demais produtos de uso geral para ampliar a higienização interna nas UBS.

➤ **Assistência farmacêutica:**

- Garantia de aquisição de medicamentos conforme orientação do Ministério da Saúde para pacientes contaminados com COVID-19
- Comunicação de risco: manter registro de casos suspeitos atendidos em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS);

➤ **Levantamento de leitos hospitalares para internações:**

➤ O Hospital Universitário de Santa Maria e Hospital Regional são Referências mais próxima do Município, dispõe de leitos de UTI bem como dos insumos e aparelhos necessários ao atendimento dos doentes, conforme Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA-
RS CNES 2244306

Habilitações

	Descrição	Origem	Competência Inicial	Competência Final	Portaria	Data Portaria	Leitos SUS	Data do Lançamento	Data da Atualização
	UTI II ADULTO	Nacional	12/2002	99/9999	PT SAS 161	13/04/20 10	14	14/04/201 0	
	UTI II PEDIATRI CA	Nacional	12/2002	99/9999	PT SAS 982	13/12/20 02	6	07/05/200 8	
	UNIDADE DE TERAPIA INTENSIV A NEONAT AL TIPO II - UTIN II	Nacional	11/2014	99/9999	SAS 1.237	12/11/20 14	10	28/11/201 4	28/11/20 1

HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA

CNES 9575936

Hospitalar - Leitos		
Descrição	Leitos Existentes	Leitos SUS
<u>COMPLEMENTAR</u>		
76 - UTI ADULTO - TIPO III	30	0

Parágrafo único: As ações realizadas no âmbito do Município seguirão, em qualquer hipótese, as diretrizes técnicas e clínicas do Plano de Contingência Federal e Estadual.

8 - AUTORIDADES SANITÁRIAS PARA NOTIFICAÇÃO

Vigilância em Saúde do município afetado F: **55 3269-1088**, Centro Estadual de Vigilância em Saúde da SES/RS (51) 985016882 e/ou Disque Vigilância 150; Ministério da Saúde – 136. Autoridades Sanitárias para notificação ANVISA: PVPAF/Porto Alegre – (51) 3371-4520;

CVPAF/RS/ANVISA – (51) 3228-8371;

Diretoria Geral de Vigilância em Saúde (CGVS) da SMS Porto Alegre – (51) 3289- 2471 e 3289-2472 ou pelo telefone de plantão, para acionamento em horário não comercial – este telefone está na lista de contatos disponível na ANVISA;

Centro Estadual de Vigilância em Saúde da SES/RS – (51) 98501-6882 e/ou Disque Vigilância 150; Ministério da Saúde – 136;

Central de Regulação Estadual – 192.

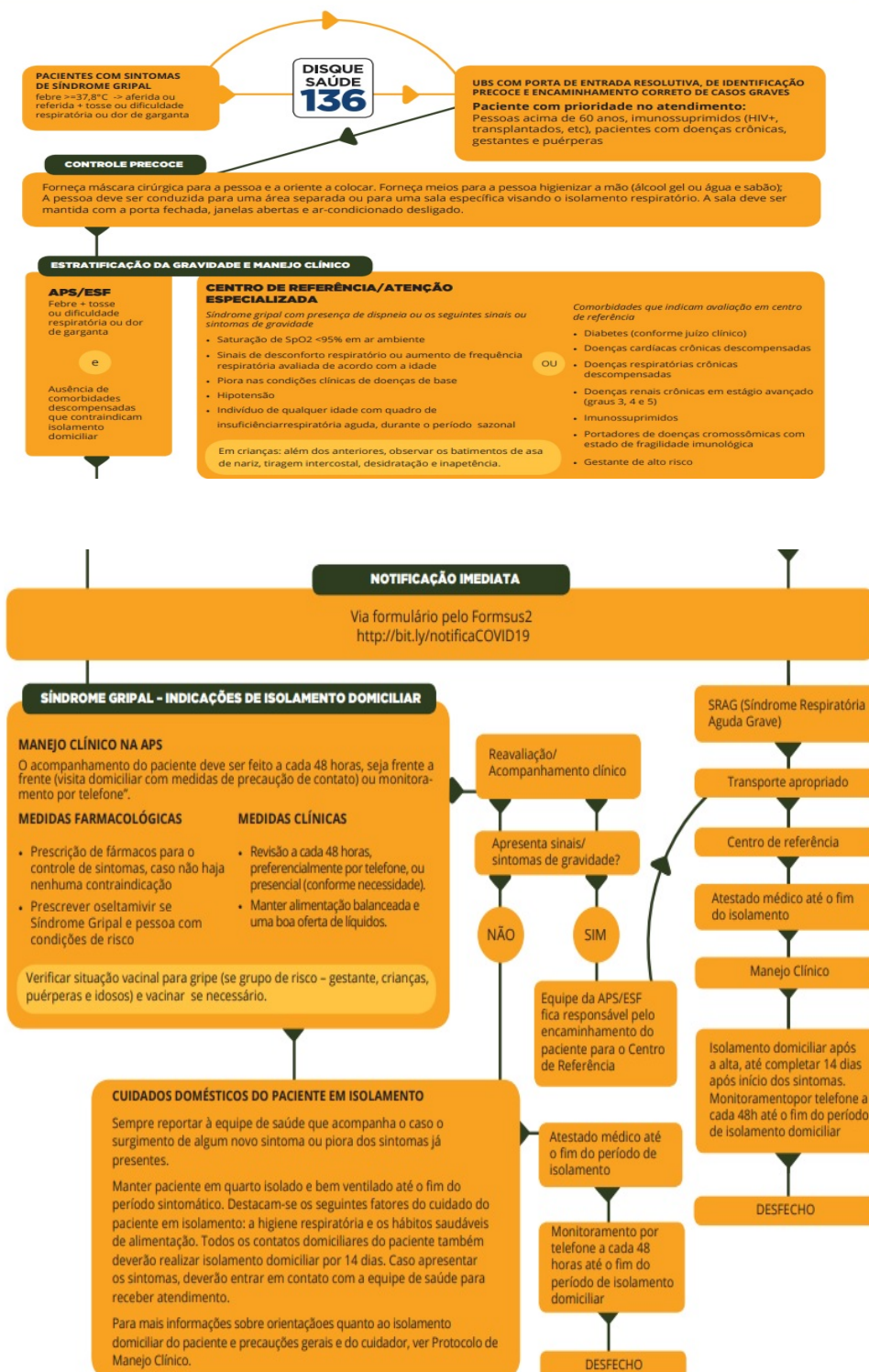
A equipe de vigilância envolvida na investigação deverá: - Abrir o link: <http://bit.ly/2019-ncov> - Preencher a Ficha de Notificação - Fazer o download da ficha já preenchida - Enviar o documento gerado para coers@saude.rs.gov.br - Imprimir cópia que deverá acompanhar as amostras ao LACEN.

9- ORIENTAÇÕES GERAIS CONFORME PLANO DE CONTIGÊNCIA ESTADUAL

CORONAVÍRUS COVID-19

FLUXO DE MANEJO CLÍNICO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM TRANSMISSÃO COMUNITÁRIA

| Versão 5



10. DECRETO MUNICIPAL N.º 2.251 DE 23 DE MARÇO DE 2020

DECRETO N.º 2.251 DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Declara estado de calamidade pública e dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do surto epidêmico de coronavírus (COVID- 19), no Município de São João do Polêsine.

Matione Sonogo, Prefeito Municipal de São João do Polêsine no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a emergência em saúde pública de importância nacional declarada pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em razão do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Nacional nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, que “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV)”;

CONSIDERANDO a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, também do Ministério da Saúde, que regulamenta e operacionaliza a Lei nº 13.797/2020, estabelecendo medidas para o enfrentamento da emergência em saúde pública; CONSIDERANDO que o Estado do Rio Grande do Sul publicou o Decreto nº 55.115, de 13 de março de 2020, dispondo sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio do vírus, no âmbito estadual,

CONSIDERANDO que o Estado do Rio Grande do Sul publicou o Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus),

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município,

CONSIDERANDO o Decreto Nº 55.130 de 20 de março de 2020, que altera o Decreto 55.128;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado estado de calamidade pública, no Município de São João do Polêsine, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do surto epidêmico de coronavírus (COVID-19), por período de 15 dias.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado.

Art. 2º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública, tornam-se obrigatórias as medidas excepcionais previstas neste Decreto.

§ 1º Determina-se o isolamento social de todos os habitantes do Município, só podendo haver circulação de pessoas para providências relativas à subsistência própria e de suas famílias, para consumo de bens ou serviços autorizados a funcionamento na forma deste Decreto.

§ 2º Ficam interditados, no território do Município praças e parques públicos.

CAPÍTULO I

DOS EMPREENDIMENTOS PRIVADOS Art. 3º Fica determinado o fechamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, à exceção de:

- I – farmácias e drogarias;
- II- relacionados ao comércio, serviços e indústria na área da saúde; II – clínicas de atendimento na área da saúde;
- III – mercados, supermercados, mercearias, açougues, fruteiras e centros de abastecimento de alimentos,
- IV – bares, padarias e lancherias; V - restaurantes,
- VI– indústrias, postos de combustíveis, borracharias e oficinas mecânicas; VII– agropecuárias e demais estabelecimentos de venda de produtos animais; VIII – bancos e instituições financeiras.
- IX – ferragens e relacionados ao comércio de materiais de construção;
- X – produção primária, indústrias e atividades de logística de alimentos, de produtos perecíveis, de alimentação animal, de bebidas não alcoólicas, de higiene, limpeza, assepsia, e as que atendam os serviços de saúde;
- XI – distribuidoras de gás e de água mineral;
- XII – concessionárias de energia elétrica, água, saneamento básico e telecomunicações;
- XIII – serviços de limpeza urbana e coleta de lixo;
- XIV – serviços de telecomunicações e de processamentos de dados;
- XV – fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal;

§ 1º Os estabelecimentos autorizados ao funcionamento, na forma deste artigo, deverão adotar, de forma preferencial, o sistema de entrega em domicílio de seus produtos, a fim de evitar, na medida do possível, aglomeração de pessoas.

§ 2º Os estabelecimentos não listados neste artigo ficam, de forma excepcionalíssima, com o objetivo de resguardar o interesse público da saúde coletiva, com suas atividades suspensas pelo período previsto para a calamidade pública. § 3º Aos estabelecimentos relacionados no inciso IV deste artigo é vedado o consumo de alimentos em seus interiores, sendo permitido apenas a retirada no balcão, serviço de drive thru e entrega em domicílio.

§ 4º As lojas de conveniência, em território municipal, só poderão funcionar no horário compreendido entre as 7h e as 19h, de segunda a sábado.

§ 5º Fica determinado que os estabelecimentos excepcionados neste artigo, adotem sistemas de escalas, de revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de trabalhadores, bem como implementem medidas de prevenção ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19), disponibilizando material de higiene e orientando seus empregados de modo a reforçar a importância e a necessidade:

a) da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos, da utilização de produtos assépticos durante o trabalho, como álcool em gel setenta por cento, e da observância da etiqueta respiratória; e

b) da manutenção da limpeza dos instrumentos de trabalho.

§ 6º Ficam excetuadas as atividades e os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços de qualquer ramo quando da prestação de serviços para o poder público federal, estadual e municipal.

Seção I

Do Comércio e dos Serviços

Art. 4º Os estabelecimentos do comércio e serviços autorizados ao funcionamento, na forma do art. 3º deste Decreto, deverão adotar as seguintes medidas, cumulativas:

I – higienizar, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (corrimão de escadas e de acessos, maçanetas, portas, inclusive de elevadores, trinco das portas de acesso de pessoas, carrinhos, etc.), preferencialmente com álcool em gel 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária, bem como com

biguanida polimérica, quartenário de amônio, peróxido de hidrogênio, ácido peracético ou glucopratamina;

II – higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, ospisos, paredes e banheiro, preferencialmente com álcool em gel 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária, bem como com biguanida polimérica, quartenário de amônio, peróxido de hidrogênio, ácido peracético ou glucopratamina;

III – manter à disposição e em locais estratégicos, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários do local; e

IV– manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, quando possível, manter pelo menos uma janela externa aberta, contribuindo para a renovação de ar.

Art. 5º O funcionamento das lojas dos estabelecimentos previstos no art. 3º deste Decreto deve ser realizado com equipes reduzidas e com restrição ao número de clientes concomitantemente, como forma de controle da aglomeração de pessoas.

§ 1º A lotação não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou Plano de Prevenção Contra Incêndio – PPCI, bem como de pessoas sentadas.

§ 2º Fica vedado o funcionamento de brinquedotecas, espaços kids, playgrounds, e espaços de jogos, eventualmente existentes nestes estabelecimentos.

Seção II

Dos Restaurantes, Bares e Lancheiras

Art. 6º Os estabelecimentos restaurantes, bares, lanchonetes deverão adotar as seguintes medidas, cumulativas:

I– higienizar, após cada uso, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (cadeiras, maçanetas, cardápios, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool em gel 70% (setenta por cento), bem como com biguanida polimérica ou peróxido de hidrogênio e ácido peracético;

II– higienizar, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes, forro e banheiro, preferencialmente com água sanitária, bem como com peróxido de hidrogênio ou ácido peracético;III– manter à disposição, na entrada no estabelecimento e em lugar estratégico, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários do local;

IV- dispor de protetor salivar eficiente nos serviços que trabalham com buffet;

V– manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

VI– manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel 70% (setenta por cento) e toalhas de papel não reciclado;

VII– manter os talheres higienizados e devidamente individualizados de forma a evitar a contaminação cruzada;

VIII– diminuir o número de mesas no estabelecimento de forma a aumentar a separação entre as mesmas, diminuindo o número de pessoas no local e buscando guardar a distância mínima recomendada de 2 m (dois metros) lineares entre os consumidores;

IX– fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento, aguardando mesa.

Parágrafo único. A lotação não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou PPCI, bem como de pessoas sentadas.

CAPÍTULO II

DAS RESTRIÇÕES A EVENTOS E ATIVIDADES EM LOCAIS PÚBLICOS OU DE USO PÚBLICO

Seção I

Dos Eventos

Art. 7º Fica cancelado todo e qualquer evento realizado em local fechado, independentemente da sua característica, condições ambientais, tipo do público, duração, tipo e modalidade do evento.

Art. 8º Ficam cancelados os eventos realizados em local aberto que tenham aglomeração prevista com mais de 30 (trinta) pessoas de forma independentemente da sua característica, condições ambientais, tipo do público, duração e tipo do evento.

Art. 9º Fica vedada a expedição de novos alvarás de autorização para eventos temporários, durante o período de duração do estado de calamidade pública.

Parágrafo único. Os eventos em vias e logradouros públicos ficam igualmente cancelados, à exceção de feiras de abastecimento ao público, realizadas ao ar livre, desde que organizadas de forma a não gerarem a aglomeração de mais de 1 (uma) pessoa a cada 4m² (quatro metros quadrados).

Art. 10. Fica limitada a aglomeração de pessoas em salões de festas e demais áreas afins de condomínios a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima prevista no Projeto de Prevenção Contra Incêndio – PPCI.

Seção II

Dos Velórios

Art. 11. Fica limitado o acesso de pessoas a velórios e afins a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou PPCI.

Seção III

Das Igrejas, Templos e Celebrações Religiosas

Art. 12. Ficam suspensas os encontros em igrejas, templo e demais estabelecimentos religiosos, de qualquer doutrina, fé ou credo, independentemente da aglomeração de pessoas

CAPÍTULO III

DA MOBILIDADE URBANA

Art. 13 O sistema de mobilidade urbana operado pelo transporte privado, o transporte seletivo por lotação, transporte individual público ou privado de passageiros, adotará medidas de higienização e ventilação nos veículos por intermédio da abertura de janelas, conforme segue:

I– higienizar superfícies de contato (direção, bancos, maçanetas, painel de controle, portas, corrimão, barras de apoio, etc.) com álcool líquido 70% (setenta por cento) a cada viagem no transporte individual e diariamente no coletivo;

II– manter à disposição, se possível, na entrada e saída do veículo, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários do local.

§ 1º Para manter o ambiente arejado, o transporte deverá circular com janelas abertas.

§ 2º No caso da impossibilidade de abrir janelas, deve manter o sistema de ar condicionado higienizado.

Art. 14. Fica determinada a fixação de informações sanitárias visíveis sobre higienização e cuidados com a prevenção do COVID-19.

Art. 15. Fica recomendado aos usuários de todos os modais de transporte remunerado de passageiros, antes e durante a utilização dos veículos, a adoção das medidas de higienização e de etiqueta respiratória recomendadas pelos órgãos de saúde, em especial:

I– higienizar as mãos antes e após a realização de viagem nos veículos de transporte remunerado de passageiros;

II– evitar o contato desnecessário com as diversas partes do veículo;

III– proteger boca e nariz ao tossir e espirrar, utilizando lenço ou a dobra do cotovelo, em respeito à tripulação e aos demais usuários e de modo a evitar a disseminação de enfermidades,

IV– utilizar preferencialmente cartões de crédito e débito como meio de pagamento, evitando a utilização de dinheiro em espécie.

Seção I

Do Transporte Coletivo

Art. 16. Os veículos do transporte coletivo deverão adotar as seguintes medidas:

I – circulação dos veículos com as janelas e alçapões de teto abertos;

II – utilização preferencial, para a execução do transporte e montagem da tabela horária, dos veículos que possuam janelas passíveis de abertura (janelas não lacradas), utilizando os demais veículos apenas em caso de necessidade e para fins de atendimento pleno da programação de viagens;

III– instrução e orientação de seus motoristas e cobradores, de modo a reforçar a importância e a necessidade:

a) da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem as mãos ao fim de cada viagem realizada, da utilização de produtos assépticos durante a viagem - álcool em gel 70% (setenta por cento) - e da observância da etiqueta respiratória;

b) da manutenção da limpeza do veículos, e

c) do modo correto de relacionamento com os usuários no período de calamidade de saúde pública decorrente do COVID-19.

IV– realização de limpeza minuciosa diária no retorno do veículo para a garagem, com utilização de produtos determinados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) que impeçam a propagação do vírus - álcool líquido 70% (setenta por cento), solução de água sanitária, quaternário de amônio, biguanida ou glucoprotamina;

V– realização de manutenção e limpeza dos equipamentos de proteção e de ar renovável dos veículos, com a substituição dos respectivos filtros;

VI– orientação dos usuários, mediante a divulgação de informativos na parte interna dos veículos, abordando a etiqueta respiratória, e na parte externa, abordando instruções gerais sobre condutas certas e erradas para reduzir o contágio do COVID-19.

Art. 17. Fica recomendado às empresas prestadoras de serviço coletivo por ônibus, vans e outros meios de transporte do Município:

I – a realização de limpeza rápida dos pontos de contato com as mãos dos usuários, bancos, balaústres, pega-mão, corrimão e apoios em geral, a ser realizada sempre que possível e, no mínimo, ao término de cada viagem;

II – a retirada, da escala de trabalho, dos motoristas, cobradores e fiscais que se encontrem insertos nos grupos de risco identificados pelos órgãos de saúde, tais como: maiores de 60 (sessenta) anos de idade; doentes crônicos, como cardíacos, diabéticos, doentes renais crônicos, doentes respiratórios crônicos, transplantados, portadores de doenças tratados com medicamentos imunodepressores e quimioterápicos, etc.;

III – a disponibilização, na entrada e saída do veículo, de dispensadores de álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos usuários.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento da tabela horária no transporte coletivo por ônibus e permissionárias do transporte seletivo por lotação, o órgão de fiscalização do Município observará tolerância temporal, na hipótese de limpeza efetivamente comprovada pelas transportadoras, nos termos do inc. I deste artigo.

Art. 18. Fica autorizado e recomendado às empresas prestadoras de serviço coletivo a realização de viagens somente com passageiro sentados nos veículos.

Seção II

Do Transporte Individual Público ou Privado

Art. 19. Os veículos do transporte individual público ou privado de passageiros, executado no território do Município, deverão observar:

I – a higienização das mãos ao fim de cada viagem realizada, mediante a lavagem ou a utilização de produtos assépticos - álcool em gel 70% (setenta por cento);

II – a higienização dos equipamentos de pagamento eletrônico (máquinas de cartão de crédito e débito), após cada utilização;

III – a realização de limpeza rápida dos pontos de contato com as mãos dos usuários, como painel, maçanetas, bancos, pega-mão, puxadores, cinto de segurança e fivelas;

IV – a circulação dos veículos apenas com as janelas abertas;

V – a disponibilização de produtos assépticos aos usuários - álcool em gel 70% (setenta por cento).

Art. 20. Fica recomendado aos motoristas, cobradores, fiscais e usuários de serviços de transporte coletivo ou individual de passageiros, antes e durante a utilização dos veículos, a adoção das medidas de higienização e de etiqueta respiratória recomendadas pelos órgãos de saúde, em especial:

I – higienizar as mãos antes e após a realização de viagem nos veículos de transporte remunerado de passageiros;

II – evitar o contato desnecessário com as diversas partes do veículo;

III– proteger boca e nariz ao tossir e espirrar, utilizando lenço ou a dobra do cotovelo, em respeito à tripulação e aos demais usuários e de modo a evitar a disseminação de enfermidades;

IV– utilizar preferencialmente o sistema de bilhetagem (ônibus e lotação) e cartões de crédito e débito (táxi e transporte por aplicativos) como meio de pagamento, evitando a utilização de dinheiro em espécie.

Seção III

Do Transporte Escolar

Art. 21. Fica suspensa a execução da atividade de transporte escolar, no território do Município, pelo mesmo período de suspensão das aulas.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO EM GERAL

Art. 22. Os órgãos e repartições públicas, os locais privados com fluxo superior a 20 (vinte) pessoas de forma simultânea, deverão adotar as seguintes medidas ao público em geral:

I – disponibilizar álcool em gel 70% (setenta por cento), nas suas entradas e acessos de pessoas; e

II – disponibilizar toalhas de papel descartável.

Parágrafo único. Os locais com acesso disponibilizarão informações sanitárias visíveis sobre higienização de mãos e indicarão onde é possível realizá-la.

Art. 23. Os banheiros públicos e os privados de uso comum, deverão disponibilizar sabão, sabonete detergente ou similar, e toalhas de papel descartável.

§ 1º Os banheiros deverão ser higienizados em intervalos de 3 (três) horas, com uso diuturnamente de materiais de limpeza que evitem a propagação do COVID-19, sendo obrigatoriamente higienizados no início e ao final do expediente ou horários de funcionamento do órgão, repartição ou estabelecimento.

§ 2º Durante o período em que o órgão, repartição ou estabelecimento não estiver em funcionamento, fica suspensa a periodicidade prevista no § 1º deste artigo.

Art. 24. Ficam fechados os banheiros públicos que não disponibilizarem sabonete líquido ou outra forma de higienização.

CAPÍTULO V

DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 25. Para fins do disposto neste Decreto consideram-se serviços essenciais, públicos e de interesse público:

- I - saúde pública, serviços médicos, hospitalares e assistenciais;
- II - captação, tratamento e abastecimento de água;
- III - captação e tratamento de esgoto e lixo;
- IV - abastecimento de energia elétrica, gás e combustíveis;
- V - serviços de telefonia e internet;
- VI - serviços relacionados à política pública e assistência social;
- VII - serviços funerários e administração de necrópoles;
- VIII - construção, conservação, sinalização e iluminação de vias públicas;
- IX – vigilância e segurança pública e privada;
- X - transporte e uso de veículos oficiais;
- XI - fiscalização;
- XII - dispensação de medicamentos;
- XIII - transporte coletivo;
- XIV - processamento de dados ligados a serviços essenciais;
- XV - bancos e instituições financeiras;
- XVI - produção, distribuição e comercialização de medicamentos, produtos de higiene e alimentos;
- XVII - serviços de manutenção de elevadores e de outros equipamentos essenciais;
- XVIII - imprensa;
- IXX – agropecuários e veterinários;
- XX – atividades relativas à produção rural, inclusive plantio, colheita, transporte e armazenamento de safras, funcionamento dos estabelecimentos suinocultores, aviários, abatedouros e frigoríficos e de piscicultura;

Parágrafo único. Além dos serviços públicos e de interesse público relacionados neste artigo, serão considerados como essenciais também aqueles serviços e atividades que vierem a ser declarados pelos Poderes Executivos Estadual e Federal, em ato normativo próprio.

Seção I

Da Administração Pública Direta e Indireta

Art. 26. Os titulares dos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta deverão avaliar a possibilidade de suspensão, redução, alteração ou implementação de novas condições temporárias na prestação e acesso, bem como, outras medidas, considerando a natureza do serviço no período de calamidade pública, o fluxo e aglomeração de pessoas nos locais de trabalho, emitindo os regramentos internos necessários.

§ 1º Nos termos deste artigo, os servidores, efetivos ou comissionados, empregados públicos ou contratados poderão desempenhar suas atribuições em domicílio, em modalidade excepcional de trabalho remoto, ou por sistema de revezamento de jornada de trabalho, no intuito de evitar aglomerações em locais de circulação comum, como salas, elevadores, corredores, auditórios, dentre outros, sem prejuízo ao serviço público.

§ 2º Fica recomendado que as reuniões sejam realizadas, sempre que possível, sem presença física.

Art. 27. A modalidade excepcional de trabalho remoto será obrigatória aos idosos (60 anos ou mais), gestantes e demais servidores, que apresentarem para a chefia imediata, laudo ou prontuário médico comprovando as seguintes comorbidades:

- I -Hipertensose diabéticos descompensados,
- II-Insuficiência renal crônica,
- III-doença respiratório crônica,
- IV-imunosuprimidos.

Parágrafo único - É facultativo o afastamento dos profissionais da saúde.

Art. 28. Os estagiários da Administração Pública Municipal Direta e Indireta serão encaminhados, sempre que possível, para trabalho domiciliar.

Parágrafo único. Nos casos em que não for possível o trabalho domiciliar do estagiário, será afastado das atividades, dispensado do comparecimento no órgão público, sem prejuízo da bolsa-auxílio correspondente.

Art. 29. Ficam suspensos os prazos de:

I– sindicâncias e os processos administrativos disciplinares;

II– interposição de reclamações, recursos administrativos e recursos tributários no âmbito Municipal;

III. atendimento da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação;

III. nomeações, posses e entrada em exercício dos servidores efetivos ou temporários, cujas convocações tenham sido publicadas anteriormente a este Decreto, bem como os prazos de validade de concursos públicos e processos seletivos ainda vigentes.

Parágrafo único. Excetua-se ao disposto no inciso IV deste artigo os casos de ingresso de servidores profissionais da saúde e de áreas relativas ao atendimento da população, em caráter de urgência, decorrentes desta calamidade pública.

Seção II

Dos Serviços de Saúde Pública

Art. 30. Ficam imediatamente convocados todos os profissionais da saúde, servidores ou empregados da Administração Pública Municipal, bem como os prestadores de serviços de saúde, em especial aqueles com atuação nas áreas vitais de atendimento à população, para o cumprimento das escalas estabelecidas pelas respectivas chefias.

Art. 31. A Secretaria Municipal de Saúde deverá elaborar Plano de Contingência e Ação quanto à epidemia de Coronavírus (COVID-19), que conterà, no mínimo:

I - protocolo clínico para definição de caso suspeito e fluxo de atendimento nas unidades locais do SUS;

II - níveis de resposta;

III - estrutura de comando das ações no Município;

IV - mapeamento da rede SUS, com: definição dos pontos de acesso dos usuários de saúde com sintomas de casos suspeitos; levantamento de leitos hospitalares para internações, bem como dos insumos e aparelhos necessários ao atendimento dos doentes; identificação de fornecedores de bens e prestadores de serviços de saúde, na região, caso seja necessária a contratação complementar.

V **Parágrafo único.** As ações realizadas no âmbito do Município seguirão, em qualquer hipótese, as diretrizes técnicas e clínicas do “Plano de Contingência e Ação Estadual do Rio Grande do Sul para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)” e do “Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19)”.

Art. 32. A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social fará ampla divulgação, para fins de orientação social, dos riscos e medidas de higiene necessárias para evitar o contágio, bem como dos sintomas da doença e o momento de buscar atendimento hospitalar.

§ 1º As ações de que tratam este artigo poderão ser realizadas por campanhas publicitárias, em meio eletrônico, radiofônico ou televisivo, bem como por meio de orientações virtuais e remotas à população.

§ 2º Os órgãos e entidades públicos do Município difundirão, no âmbito das suas competências, o aplicativo para celular, do Ministério da Saúde, chamado “CORONAVÍRUS - SUS”, para utilização pela população.

Art. 33. É obrigatória de uso de equipamentos de proteção individual pelos agentes de saúde, bem como a ampliação das medidas de higiene e limpeza nas unidades de saúde, com ampla disponibilização de álcool gel para uso público.

Art. 34. Cabe à Secretaria Municipal de Saúde estabelecer escalas de trabalho e horários de atendimento nas unidades de saúde do Município, com fins de evitar aglomeração de pessoas e viabilizar o cumprimento dos fluxos e protocolos clínicos de atendimento aos pacientes.

Art. 35. Os agentes comunitários, e os agentes visitantes do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), ficam dispensados das visitas domiciliares até nova orientação, exceto para casos de urgência, permanecendo obrigados a comparecer à Unidade de Saúde Municipal para manter a continuidade das atividades administrativas.

Art. 36. Os atendimentos odontológicos, fisioterápicos e psicológicos, serão realizados somente em casos de urgência.

Art. 37. As consultas agendadas para especialistas através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, serão realizados somente em casos de urgência.

Art. 38. A sala de vacinação segue em funcionamento normal.

Art. 39. As renovações de receita serão mantidas normalmente, funcionando através de agendamento prévio para evitar aglomerações.

Art. 40. Serão atendidos com prioridade no Posto de Saúde ESF os casos em que o usuário do sistema de saúde apresentar quadro sintomático compatível com aquele do COVID-19.

Parágrafo único. Os atendimentos de rotina, considerados não essenciais, serão realizados após a triagem e encaminhamento dos atendimentos descritos no caput do artigo.

Seção III

Do Atendimento ao Público

Art. 41. Ficam suspensas as atividades de atendimento presencial dos serviços, resguardada a manutenção integral dos serviços essenciais previstos no art. 26 deste Decreto.

Parágrafo único. Os referidos atendimentos deverão ser realizados, preferencialmente, por meio eletrônico, ou telefone, quando couber, podendo, excepcionalmente, se realizar através de agendamento individual, mediante prévia análise da necessidade pela equipe de servidores competente.

Seção IV

Dos Serviços Terceirizados e Das Parcerias

Art. 42. Os titulares dos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta que possuem termos de parceria, bem como contratos de terceirização deverão avaliar, de forma permanente, a possibilidade de suspensão, redução, alteração ou implementação de novas condições temporárias na prestação e acesso ao serviço, bem como outras medidas, considerando sua natureza no período emergencial, o fluxo e aglomeração de pessoas nos locais de atendimento, emitindo os regramentos internos, sem prejuízo dos serviços públicos. Seção V

Dos Servidores Públicos Pertencentes ao Grupo de Risco

Art. 43. Os servidores públicos que fazem parte do grupo considerado de risco (hipertensos e diabéticos descompensados, insuficiência renal crônica, doença respiratória crônica, imunosuprimidos, idosos, gestantes) e que tenham laudo ou prontuário médico comprovando a comorbidade, devem apresentar para a chefia imediata, para ficarem dispensados do trabalho presencial nas repartições públicas municipais, até nova orientação, devendo na medida do possível realizar suas atribuições através de tele-trabalho.

Seção VI

Dos Serviços Públicos de Assistência Social e Direitos Humanos

Art. 44. Ficam suspensas, a contar da data da publicação deste Decreto, todas as atividades coletivas de Assistência Social.

§ 1º O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) terá suas atividades coletivas suspensas e o atendimento ao público restringido pelo período da calamidade pública.

§ 2º Os atendimentos individuais serão realizados, preferencialmente, por meio eletrônico, ou telefone, quando couber, podendo, excepcionalmente, se realizar através de agendamento individual, mediante prévia análise da necessidade pelas equipes de referência respectivas.

Art. 45. Na ocorrência de pessoas e famílias em situação de risco ou de vulnerabilidade social decorrentes de perdas ou danos causados pela ameaça de sérios padecimentos, privação de bens e de segurança material e de agravos sociais, decorrentes da pandemia de Coronavírus(COVID- 19). O serviço de Assistência Social organizará, no âmbito da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, plantão para atendimento destes casos.

§ 1º Os indivíduos e famílias que acessarem a assistência social deverão ser avaliados pelas equipes de referência ou, na ausência destas, no mínimo por técnicos de nível superior, que poderá realizar o atendimento de forma eletrônica ou por telefone, quando possível.

§ 2º Mediante avaliação realizada na forma do § 1º deste artigo, serão atendidos, por meio da concessão de benefícios eventuais, os usuários e famílias que apresentarem riscos, perdas ou danos decorrentes de:

I- falta de condições de suprir a manutenção cotidiana, em especial alimentação;

II- necessidades básicas de subsistência, como gás de cozinha, alimentos e materiais de higiene;

§ 3º Os benefícios previstos no § 2º deste artigo poderão ser concedidos cumulativamente, mediante expressa manifestação das equipes de referência ou, na ausência dela, de técnico de nível superior.

§ 4º A concessão dos benefícios previstos nos incisos I e II do § 2º deste artigo será feita por meio de entregas domiciliares.

Art. 46. A atuação da política de Assistência Social no período da calamidade pública visa as ações de resposta imediata até o retorno progressivo das atividades de rotina da comunidade, de forma a preservar a referência e continuidade do atendimento e acompanhamento dos usuários e suas famílias nos respectivos serviços.

Art. 47. O Conselho Tutelar manterá plantão permanente para atendimento de crianças e adolescentes, visando resguardar os seus direitos.

Parágrafo único. O plantão de que trata este artigo poderá ser feito em regime domiciliar.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 49. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se o decreto nº 2249 de 20 de março de 2020. **Gabinete do Senhor Prefeito Municipal de São João do Polêsine/RS**, aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e vinte.

**Matione Sonogo
Prefeito Municipal**

Registre-se e Publique-se
Em 23-03-2020

**Agueda E. Recke Foletto
Secretária Municipal de Administração**

Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do plano:

- Secretária Municipal da Saúde e Assistência Social: Cíntia Bisognin Rosso;
- Enfermeira: Sabrina Dias Senger
- Auxiliar Administrativo: Claudinéia Cristiane Bressa de Oliveira

